VILACONDENSES NA FUNDAÇÃO E ENGRANDECIMENTO DO REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE PERNAMBUCO

Adelina Piloto
António Monteiro dos Santos

INTRODUÇÃO

Em meados do século XIX, uma mortífera epidemia de *cholera-morbus* assolou o Brasil, martirizando particularmente o estado de Pernambuco. A comunidade portuguesa liderada pelo Dr. José de Almeida Soares Lima Basto decidiu fundar, em 1855, o Real Hospital Português de Beneficência no Recife para tratar gratuitamente as vítimas da moléstia, salvando desse modo muitas vidas[1].

Desde a sua fundação, e ao longo dos mais de 150 anos de existência, muitos naturais de Vila do Conde, à semelhança de outros portugueses solidários e altruístas, concederam generosos donativos e desempenharam cargos da mais alta responsabilidade nessa instituição. Entre os vilacondenses que devotaram a sua vida àquela que é considerada uma das maiores obras que a diáspora portuguesa construiu e mantém em todo o mundo[2], destacamos: José Joaquim de Lima Vairão; António Pedro Sousa Soares; Albino Gonçalves de Azevedo; Bento Luís de Aguiar; Frei Bento do Monte Carmelo Flores; Marcelino Ferreira dos Paços; Randolfo Pinto Ferreira; José Narciso Maia Palmeira; Fernando Ferreira Maia e Januário José de Almeida.

FLUXO MIGRATÓRIO PARA PERNAMBUCO

A emigração de Vila do Conde para o Brasil em geral, e de forma muito particular para Pernambuco, começou bem cedo. Já no século XVI, encontramos referido, nas fontes, o nome de Manuel Gonçalves, piloto e patrão da capitania de Pernambuco. No tempo de um dos filhos do primeiro donatário, D.

---

1 SILVA, 1960: 25-30.

2 Declaração de Jorge Peixoto, director de comunicação do Real Hospital, à Agência Lusa, em 4 de Novembro de 2005, na evocação dos 150 anos da fundação do Real Hospital Português de Beneficência, no Recife.

Duarte Coelho. Manuel Gonçalves foi segundo marido da vilacondense Isabel de Oliveira[3], e era já falecido no ano de 1625.

Manuel Gonçalves é, tudo leva a crer, o primeiro colono brasileiro oriundo da terra de Vila do Conde.

Sabemos que a produção açucareira realizada em grande escala, desde meados do século XVI, na capitania de Pernambuco, impulsionou fortemente o desenvolvimento económico dessa imensa região e, concomitantemente, estimulou a atracção populacional. Eram frequentes, nos jornais pernambucanos, os anúncios de portugueses a oferecer os seus préstimos: "oferece-se para caixeiro ou administrador de engenho um português de que tem bastante prática, sabe bem fazer açúcar com cal, escreve e lê bem"; "uma pessoa chegada há pouco tempo, da ilha de S. Miguel, se oferece para tratar de sítios, hortas, e enfim tudo quanto é de plantações…"[4].

O *Diário Pernambucano*[5], em 1848, ao descrever os ramos de negócio e os empregos que gerava, informava que Pernambuco tinha mais de seis mil casas de comércio a retalho que estavam na posse de estrangeiros. Cada loja comercial tinha, pelo menos, dois caixeiros portugueses, o que perfazia um total de 12 000 indivíduos que excluíam do comércio os naturais. A concluir a notícia, afirmava que mesmo os trabalhos mais sujos, mais mal remunerados e mais pesados, como o de carregador, eram exercidos por portugueses[6].

Esta notícia evidencia claramente a intensa actividade comercial dos estrangeiros em Pernambuco e, em simultâneo, espelha o ressentimento com laivos de lusofobia que os pernambucanos sentiam na época, à semelhança do que se passava noutras partes do Brasil, nomeadamente, na capital do Reino, onde o emigrante lusitano, na sua maioria homem, solteiro e em idade produtiva era considerado um concorrente em potencial do brasileiro, num mercado de trabalho com escassas oportunidades, sendo muitas vezes olhado pela massa popular brasileira como usurpador e aproveitador[7]. Os pernambucanos acreditavam que os seus inimigos eram os comerciantes portugueses que monopolizavam o comércio nas cidades e os senhores de engenho que monopolizavam a terra no interior, mas, na realidade, eram os ingleses quem dominavam fortemente a vida económica brasileira, desde 1808, com a abertura dos portos do Brasil[8].

---

3 Isabel de Oliveira faleceu a 5 de Março de 1626. No seu testamento, feito a 13 de Janeiro de 1625, refere ter sido casada com Pedro Rodrigues em segundas núpcias "mulher que ultimamente foy de manoell Gonçalves pylloto e patrão que foy na Capitannya de pernão bucu" (Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC) – Arquivo dos Condes de Azevedo, doc. avulso, Testamento de Isabel Oliveira).

4 *DIÁRIO Pernambucano*, 6 e 12 de Junho de 1844.

5 O *Diário Pernambucano* é o mais antigo periódico em toda a América Latina. Foi fundado em 7 de Novembro de 1825.

6 HOLANDA, 1972: 230.

7 RIBEIRO, 2007: 125.

8 MELLO, 1997: 25-28.

Na década de 1850, o tráfico negreiro decaiu fortemente, na sequência do acto aprovado pelo Parlamento inglês e que ficou conhecido, no Brasil, como "Bill Aberdeen", que autorizava a marinha inglesa a tratar os navios de escravos como navios piratas, com direito à sua apreensão e julgamento dos infractores nos tribunais de Inglaterra. Nabuco de Araújo[9] pressionou mesmo a substituição do presidente da província de Pernambuco, por outro mais decidido no combate ao tráfico esclavagista, quando ocorreu em Serinhaém uma das últimas tentativas de desembarque de escravos[10]. A escravatura foi oficialmente extinta no Brasil pela lei de 1888.

Simultaneamente, intensificou-se no Brasil uma política de imigração que privilegiava a ida de portugueses, constituindo-se verdadeiras redes migratórias, com engajadores, contratantes, negociadores e monopolistas, chegando mesmo a formar-se uma "Associação de Colonização de Pernambuco, Paraíba e Alagoas" que tinha permissão do Governo para introduzir nas três províncias 25 000 colonos. O transporte destes trabalhadores, oriundos na sua esmagadora maioria do Norte de Portugal, era feito quase sempre em precárias condições, daí que esta massa humana fosse muitas vezes apelidada de "escravatura branca"[11].

Do que não resta dúvida é que a emigração vilacondense para Pernambuco foi importante. Entre 1865 e 1913, foram solicitados 3940 termos de responsabilidade e fiança para embarcar para o Brasil. Desse quantitativo, 526 emigrantes indicaram como destino o Estado de Pernambuco, cifra que corresponde a 13,3% do total. Pernambuco era o terceiro destino preferencial[12]. Estes são os números oficiais, mas muitos outros emigrantes devem ter partido clandestinamente.

Pernambuco continuou, ao longo dos séculos XIX e XX, a ser uma região próspera, com grande movimento comercial e acentuado desenvolvimento em todos os sectores de actividade. Esta panorâmica económica não podia deixar de ser do maior interesse para qualquer emigrante, e os vilacondenses por certo não enjeitaram a oportunidade que se lhes deparava de singrarem no comércio, em vez de enfileirarem por outros tipos de actividades, mais duras e menos gratificantes.

PARTICIPAÇÃO DOS VILACONDENSES NO REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE PERNAMBUCO

Aquando da terrível e mortífera epidemia de cólera, um grupo de portugueses eivados de amor pelos menos afortunados, reunido no Gabinete Português de Leitura do Recife, sob a liderança do Dr. José de Almeida Soares de Lima Bastos, empreendeu a fundação de um hospital provisório de beneficência. De provisório para a erradicação da epidemia de cólera, acabaria por se ins-

9 Ministro da Justiça entre 1853 e 1857.
10 FAUSTO, 2008: 192-196.
11 GAMA, 1983: 3.
12 AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, Livros 3115-3141/A.

titucionalizar e perpetuar para servir de abrigo na velhice e na doença aos portugueses residentes na região bem como a outros indivíduos de outras nacionalidades que a ele recorressem nas horas mais amargas da vida.

Em 25 de Agosto de 1855, para angariação de fundos e para promoção do necessário alistamento de associados, foram organizadas comissões divididas por quatro bairros: Bairro do Recife, Bairro de Santo António, Bairro da Boa Vista e Bairro de São José. Neste último, fazia parte da referida comissão o vilacondense José Joaquim de Lima Vairão[13].

José Joaquim Pereira de Lima embarcou para o Brasil em 29 de Setembro de 1834. Tinha na data 12 anos, e era natural da freguesia de Fornelo[14]. O apelido "Vairão" que juntou ao nome de baptismo, como nos aparece no livro do Centenário do Real Hospital, sendo ele natural da freguesia contígua à de Vairão, pode dever-se ao facto de a família ter, entretanto, mudado de residência. Também pode ter decidido adoptar esse apelido por ser um nome sonante e histórico[15] e ter uma certa semelhança fonética e ortográfica com o título nobiliárquico de barão, o que lhe conferia uma certa dignidade, uma das razões, afinal, que o teria levado até ao Brasil.

Em 15 de Janeiro de 1836, José Joaquim Pereira de Lima também natural de Fornelo, casado, de 53 anos de idade, solicitou passaporte para o Brasil. Supomos tratar-se do pai do anterior[16]. Por sua vez, em 3 de Novembro de 1869, solicitou fiança para embarcar para o Brasil, António José de Lima, solteiro, natural de Vairão, filho de José Joaquim de Lima[17]. O registo evidencia que trocaram de freguesia, de Fornelo para Vairão, mas omite a idade, assim como a quem ia recomendado, acrescentando, contudo, que estava isento do serviço militar pelo n.º 2, do artigo 8.º da lei de 27 de Julho de 1855[18]. Estamos em presença de três gerações sucessivas de emigrantes da mesma família – avô, pai e filho. Depreendemos que as duas primeiras gerações desta família parecem não ter alcançado no Brasil a ambicionada fortuna, uma vez que o último a emigrar estava isento do serviço militar por ser amparo da família.

José Joaquim de Lima foi o primeiro vilacondense a fazer parte da fundação e organização do Hospital Português em Pernambuco. Outros se lhe seguiram, quer na direcção, quer na forma como generosamente concorreram no sentido do maior progresso, desenvolvimento científico e material daquela unidade hospitalar:

---

13 SILVA, 1960: 22.

14 Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Registo de passaportes*, Livro 3242, fl. 94 v.

15 O convento de Vairão de freiras beneditinas foi fundado no século X.

16 ADP – *Passaportes nacionais para fora do reino*, Livro 3245, fl. 12.

17 AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, Livro 3116, fl. 13.

18 "Aquele que provar, que ele só, pelo seu trabalho, sustenta qualquer dos seus ascendentes ou irmãos, que não possam alimentar-se por absoluta carência de meios, e estado de não poder obtê-los; e bem assim o exposto, abandonado ou órfão, que sustentar, só com o seu trabalho, a mulher pobre, ou sexagenária que o criou gratuitamente, e educou desde a infância" (Lei de 27 de Julho de 1855, cap. II, art.º 8, n.º 2).

António Pedro de Sousa Soares nasceu na freguesia de S. Bento de Vairão. Era filho do casal José Alves de Sousa Soares e Maria José do Carmo Vasconcelos Mesquita Queiroz de Sousa Soares. O pai era médico e boticário das freiras beneditinas do convento de Vairão. Embarcou para Pernambuco ainda muito jovem e tendo alcançado fortuna e notoriedade, prestou ao Real Hospital relevantes serviços humanitários e desempenhou o cargo de vice-provedor em 1884[19].

Albino Gonçalves de Azevedo, natural da freguesia de Fajozes, filho de modestos lavradores – António Gonçalves de Azevedo e Maria Ramos Leite –, prestou termo de fiança para embarcar, em 16 de Maio de 1868. O jovem imberbe de 13 anos de idade, ia recomendado a seu irmão António Gonçalves de Azevedo (o mesmo nome do pai), que estava em Pernambuco. O pai abonou e pagou a viagem, tendo também assinado o respectivo termo[20].

No Brasil, enriqueceu com fábricas de bolachas, de biscoitos e de café. O governo português concedeu-lhe a mercê honorífica do título de visconde de Santo Albino, por decreto de 4 de Janeiro de 1908, atendendo às suas qualidades humanas e morais, assim como ao relacionamento estreito e profícuo que estabeleceu com a comunidade brasileira[21].

O visconde de Santo Albino prestou ao Real Hospital inúmeros serviços e foi de uma largueza de benfeitorias traduzida, por exemplo, na oferta de uma enfermaria que mandou construir e mobilar, e na qual despendeu a avultada quantia de 35 contos de réis, à qual foi decidido atribuir o seu nome. Razões pelas quais à entrada do átrio da portaria do Real Hospital está, do lado esquerdo, o busto brônzeo do visconde de Santo Albino[22].

Após várias décadas no Brasil, sentindo, talvez, que a saúde já lhe era escassa, o visconde decidiu regressar à sua terra natal, visando a 20 de Abril de 1916, o seu bilhete de residência na administração do concelho de Vila do Conde[23].

Decorrido menos de um mês do regresso a Portugal, lavrou o seu testamento cerrado, declarando, no mesmo, que era solteiro, de maior idade e brasileiro naturalizado. O seu testamento é a demonstração cabal da enorme riqueza que acumulou ao longo da vida. Deixou à sua sobrinha, Emília Gonçalves Azevedo, filha do seu irmão Joaquim, o usufruto vitalício da casa em que residia em Fajozes com todo o seu recheio, juntamente com todas as outras propriedades que tinha na mesma freguesia, assim como um grande número de prédios na cidade do Recife. Ressalvava ainda, que a mesma sobrinha teria o usufruto enquanto estiver solteira, casando ou falecendo os bens passariam para os filhos da mesma. Embora nunca tivesse casado oficialmente, viveu maritalmente com a referida sobrinha de quem teve vários filhos, e que consagra no testamento como principais herdeiros da sua imensa fortuna. Legou no

---

19 *VILA do Conde*, *Caderno de Cultura*, n.º 93, 30 de Abril de 1981.

20 AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, Livro 3115, fl. 134 v.

21 Decreto do rei D. Carlos de 4 de Janeiro de 1908.

22 SILVA, 1960: 65-66; 71.

23 AMVC – *Livro de registo de títulos de residência*, Livro 2816, fl. 20.

testamento redigido a 16 de Maio de 1916, ao Real Hospital de Pernambuco a quantia de cinco contos de réis[24].

O visconde de Santo Albino faleceu na sua residência na freguesia de Fajozes, no dia 9 de Junho de 1919, deixando em todos os conterrâneos as mais gratas recordações.

Em 6 de Outubro de 1873, Manuel de Aguiar prestou, na administração do concelho, termo de responsabilidade e fiança para o seu filho de 13 anos, Bento Luís de Aguiar, partir com destino a Pernambuco, recomendado ao tio materno, Frei Bento do Monte Carmelo Flores. O pai assinou o termo e pagou a respectiva viagem[25].

Bento Luís de Aguiar foi um empresário com sucesso e um filantropo da cultura na cidade do Recife. Mandou construir a suas expensas o Teatro do Parque do Recife, no qual investiu a quantia de 200 contos de réis, tendo o mesmo sido inaugurado na noite de 24 de Agosto de 1915, pela Companhia de Operetas e Revistas do Teatro Avenida, de Lisboa[26].

Contribuiu com generosas dádivas para o Real Hospital e exerceu com grande empenho e proficiência o cargo de provedor entre 1913 e 1916[27].

Casou-se no Brasil com Josefina Cavalcanti de Barros. Deste matrimónio nasceram três filhos: uma filha e dois gémeos, um rapaz e uma rapariga. À filha mais velha foi dado o nome de Olga, tendo sido baptizada no Recife, na freguesia da Boavista, a 26 de Outubro de 1901. Esta veio a consorciar-se com o vilacondense José Pinto Ferreira, natural da freguesia da Junqueira, irmão de Randolfo Pinto Ferreira, (de quem falaremos mais adiante) e tio do Dr. Carlos Pinto Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde entre 1954 e 1966, e director do jornal *Renovação*[28]. Os dois filhos gémeos – António e Maria dos Anjos – receberam a água lustral do baptismo na capela do Hospital Português, no dia 6 de Agosto de 1911, das mãos do seu tio paterno, o Dr. Elias de Aguiar[29], sacerdote e musicólogo, que para o efeito se deslocou a Pernambuco, na companhia da avó dos neófitos, D. Maria Flores de Aguiar, por nessa altura ser já falecido o avô Manuel Luís de Aguiar.

De regresso a Vila do Conde, Bento Luís de Aguiar adquiriu uma casa apalaçada, na Avenida Bento de Freitas, junto ao mar, conhecida pelo Palacete Melo. Mais tarde, esse palacete foi adquirido pelo industrial Delfim Ferreira, de Riba D'Ave, e está hoje transformado em centro de acolhimento de crianças, gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Azurara.

---

24 AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, Livro 3278 (1918-19).

25 AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança,* Livro 3118, fl.30 v.

26 FRANÇA, 1977: 15.

27 SILVA, 1960: 74-75.

28 O jornal *Renovação* foi fundado em 1936 e extinto em 1983.

29 O Dr. Elias de Aguiar foi reorganizador e regente do Orfeão Académico de Coimbra, no ano de 1915, de que ficou célebre a sua primeira audição a 2 de Junho de 1915, em que intervieram Viana da Mota, Augusto Rosa, Afonso Lopes Vieira e Branca de Gonta Colaço (*Enciclopédia Luso-Brasileira*, 3: 123).

Continuando a dar mostras do seu espírito altruísta e solidário, distribuiu a várias instituições vilacondenses, como ao Hospital, ao Clube Fluvial Vilacondense e à Igreja Matriz, avultados donativos. À Igreja Matriz, nomeadamente, ofereceu um magnífico órgão de tubos.

Em 13 de Maio de 1913, D. Manuel Baptista da Cunha, Arcebispo Primaz de Braga, faleceu na casa de Bento Luís de Aguiar em Vila do Conde, onde se encontrava exilado, após a implantação da República[30]. Pelos serviços de benemerência prestados à pátria, foi-lhe atribuído o título de comendador.

O seu tio, Frei Bento do Monte Carmelo Flores, frade carmelita, que vivia no mosteiro da sua ordem em Pernambuco, exerceu, em simultâneo, no ano de 1876, as funções de capelania e de regente do serviço interno da capela do Real Hospital, inaugurada em 16 de Setembro de 1859.

Em 4 de Setembro de 1878, cinco anos após a partida de Bento Luís de Aguiar para Pernambuco, emigra para a mesma província o seu irmão António Luís de Aguiar, de 11 anos de idade, na companhia do referido tio frade que tinha vindo de visita a Portugal, responsabilizando-se este pelo pagamento da viagem. Infelizmente, este jovem morreu poucos dias após a chegada ao Brasil, vitimado pela febre-amarela[31].

O comendador da Ordem de Cristo, Marcelino Ferreira de Paços, filho de Manuel José Ferreira Paços e de Rosa Maria Lopes, natural da freguesia de Tougues, tirou passaporte para emigrar para Pernambuco, em 21 de Janeiro de 1892, com 13 anos de idade[32]. Em 17 de Maio de 1923, com 43 anos de idade, já viúvo, solicitou passaporte para viajar pela Europa e pela América[33].

Figura de relevo nos meios comerciais da colónia pernambucana, exerceu por várias vezes os cargos de provedor e de tesoureiro do Real Hospital. Foi presidente do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, tendo na sua administração construído o edifício onde essa associação está instalada na Rua do Imperador. Pelos relevantes serviços prestados à colónia portuguesa foi agraciado pelo governo português com a comenda da Ordem de Cristo. Faleceu em 1949, em Pernambuco, onde residia há 57 anos[34].

Randolfo Pinto Ferreira, natural da freguesia de S. Simão e S. Judas Tadeu da Junqueira, nasceu em 1889. Era filho de José Pinto Ferreira e de Ana Francisca de Lima. À semelhança do que era tradição na época, a primogénita deste casal herdou a casa paterna para dar continuidade à família na terra onde estava radicada e para tratar dos pais na velhice. Dos restantes cinco filhos, quatro emigraram para o Brasil. De entre estes, Randolfo foi o que logrou maior ascensão económico-social. Tendo começado como empregado de comércio foi-se, paulatinamente, afirmando no mundo dos negócios. Era sócio proprie-

30 *O AVE,* Vila do Conde, n.º 339, de 15/05/1913: 2.
31 AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, Livro 3120, fl.101 v..
32 ADP – *Registo de passaportes*, Livro 95, fl. 260 v.
33 ADP – *Registo de passaportes*, Livro 3442, fl. 188 v.
34 *O COMÉRCIO do Porto,* Porto, 11/04/1949: 7.

tário de uma grande ourivesaria na cidade do Recife, a ourivesaria Krause. A família de Randolfo em Portugal também beneficiou de visível ascensão. Um seu sobrinho – Carlos Pinto Ferreira – formou-se em medicina e durante doze anos foi presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde[35].

Randolfo foi grande protector do Real Hospital e fez parte, como suplente, da Junta Administrativa do Centenário, em 1954-1955[36].

Randolfo manteve-se solteiro, mas tinha uma filha de namoro que perfilhou. Mandou construir, na sua terra natal, um majestoso palacete que ombreava em altura com a torre da igreja paroquial da freguesia que se situava nas proximidades. Conta-se que só mandou parar a edificação da torre da sua imponente casa, quando dela conseguiu avistar o mar de Vila do Conde que se situa a cerca de sete quilómetros do local. Tencionava, após o regresso à sua aldeia, deleitar-se no seu torreão a apreciar ao longe o mar, mas a sorte foi-lhe madrasta, pois faleceu no Recife em 1957, onde foi sepultado.

O comendador da Ordem de Benemerência, José Narciso Maia Palmeira, foi baptizado na igreja de Santa Maria de Vilar, a 3 de Abril de 1901, e era filho de Manuel Antunes Palmeira, lavrador, e de Maria Dias Moreira[37].

Chegou ao Recife a bordo do vapor Araguaia, no ano de 1914. O seu primeiro emprego foi numa loja de tecidos. A pulso, com muito trabalho e rigorosa gestão, passou a sócio maioritário da firma Narciso Maia Tecidos Lda, juntamente com a filha, Wanda Maria Stanford Palmeira que nasceu do casamento realizado em 1942. A firma dedicava-se à venda de tecidos por grosso e a retalho, contando, em 1985, com uma rede de 18 lojas, sendo sete no Recife e as restantes espalhadas por várias zonas do Brasil.

Wanda Stanford Palmeira era casada com o Dr. William Pereira Stanford, distinguido em 1995 com a medalha de prata pelo profissionalismo e dedicação ao Real Hospital. O Dr. Stanford, desde 1963, dirigiu o serviço de hemodiálise e também o programa de transplantes renais, tendo efectuado o primeiro transplante em 17 de Fevereiro de 1976, sendo pioneiro na região.

Durante 17 anos consecutivos, José Narciso Maia Palmeira trabalhou com grande dedicação e espírito filantrópico no Hospital Português de Beneficência, sendo seu provedor entre 1963 e 1980. Foi também, durante quatro anos, director do Gabinete Português de Leitura. Durante a sua administração, o Hospital Português beneficiou de importantes obras: os equipamentos foram modernizados; construiu a maternidade, as rampas ligando todo o hospital, os pavilhões Dr. João Marques, Luís de Camões e Rosa Célia Palmeira (que é sua neta), e o pavilhão que tem o seu nome, além do pavilhão Egas Moniz. Pela sua acção à frente dessa prestigiosa instituição hospitalar, recebeu do então presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, o grau de comendador da Ordem de Benemerência e uma especial bênção apostólica do papa João XXIII.

35 *VOZ do Ave*, Vila do Conde, 13/02/1985: 5.

36 SILVA, 1960: 74-75.

37 ADP – *Registo de baptismos*, Livro 168, fl. 3 v..

José Narciso Maia Palmeira[38] recebeu o título de "Comerciante do Ano", que lhe foi concedido pelas entidades de classe comercial de Pernambuco, em 1980[39]. Faleceu a 13 de Agosto de 1989, no Recife, onde jaz.

Fernando Ferreira Maia nasceu em 1902, na freguesia de Guilhabreu. Com 13 anos de idade partiu para Pernambuco a bordo do navio Oreana. Iniciou a sua actividade como balconista, passando depois a caixeiro-viajante, profissão que exerceu durante dezoito anos consecutivos, até que fundou a sua própria firma. Foi através dele que emigraram muitos portugueses, nomeadamente do concelho de Vila do Conde. A convite do amigo Palmeira (referido no ponto anterior), exerceu durante quase vinte anos as funções de tesoureiro do Hospital Português[40].

Januário José de Almeida, filho de Albino José de Almeida, natural da freguesia de Árvore, emigrou para Pernambuco com 13 anos de idade, em 12 de Abril de 1914[41]. Faleceu a 27 de Maio de 1961, na sua casa situada na Avenida Bento de Freitas, em Vila do Conde.

Januário José de Almeida alcandorou-se a lugares cimeiros nos meios comerciais e sociais de Pernambuco. Fez parte do Gabinete Português de Leitura, do Clube Português e do Real Hospital de Beneficência, dispensando a este atitudes de grande benemerência.

Promoveu, no Recife, em 1955, uma iniciativa filantrópica a favor do Hospital da Misericórdia de Vila do Conde, cujo rédito atingiu 102 400 cruzeiros. Foi também benfeitor da Cantina Escolar Vilacondense e de todas as associações locais de índole cultural, recreativa e desportiva. A suas expensas, e em cumprimento de uma promessa de sua esposa, D. Maria Teresa de Carvalho Almeida, mandou erigir a igreja do lugar da Areia, de invocação a Nossa Senhora de Fátima, inaugurada em 1959. Esta foi considerada a mais importante realização no género, que nos últimos anos se tinha levado a cabo no concelho, por iniciativa particular[42].

Da freguesia da Junqueira partiram muitos emigrantes para o Brasil, e pode ufanar-se esta terra do concelho de Vila do Conde, de ter, na actualidade, um seu natural à frente dos desígnios do Hospital Português Beneficente de Pernambuco.

Alberto Ferreira da Costa, nascido a 4 de Maio de 1936, partiu para o Brasil em 1950, levando no bolso a modestíssima quantia de 50$00 escudos, que lhe foi dada pelo irmão Abílio Ferreira da Costa, hoje industrial. Em Pernambuco, singrou como empresário da construção civil, construindo um valioso empório. Dez anos após a partida, voltou a Portugal para contrair matrimónio com Maria do Carmo Ferreira de Castro. De novo regressou ao Brasil, mas nunca esqueceu a sua terra de origem, promovendo nela alguns melhoramentos significativos e sendo alvo de várias homenagens.

---

38 Tio-avô materno de Adelina Piloto.

39 *VOZ do Ave*, Vila do Conde, 9/01/1985: 3.

40 *VOZ do Ave,* Vila do Conde, 16/01/1985: 2.

41 ADP – *Registo de passaportes*, Livro 169, fl. 109v.

42 *RENOVAÇÃO,* Vila do Conde, 3/06/1961: 4.

Em 1971, tornou-se sócio do Real Hospital e em 1976 foi eleito mordomo do mesmo. Em 1990, assumiu o cargo de Provedor e, desde aí até à actualidade, tem sido sucessivamente reeleito. Tem baseado o seu programa de acção num conjunto de reformas tendentes a dotar o hospital com os meios mais modernos e eficazes para a prevenção e tratamento de doenças[43].

CONCLUSÃO

Fundado, no Recife, em 16 de Setembro de 1855, o Hospital Português de Beneficência teve desde a sua fundação e até ao presente, a valiosa contribuição de emigrantes portugueses solidários e beneméritos. Entre eles contam-se muitos vilacondenses.

Trata-se de uma obra que permanece como uma das realizações mais meritórias e emblemáticas da comunidade portuguesa no Brasil e bem representativa da capacidade de integração, relacionamento e edificação dos portugueses.

FONTES

Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC) – *Termos de responsabilidade e fiança*, Livros 3115 a 3141-A (1865-1913). 27 volumes.
AMVC – *Livro de registo de títulos de residência*, Livro 2816 (1916-1927).
AMVC – *Arquivo dos Condes de Azevedo*, documentos avulso.
Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto*, Livros 3242 a 3245 (1834-1836); Livros 3412 a 3424 (1914 a 1920).
ADP – *Livros de registo de baptismos*, Livro 168 (1901).
COMÉRCIO do Porto, 11 de Abril de 1919.
DIÁRIO Pernambucano, 6 e 12 de Junho de 1844.
O AVE, 15 de Maio de 1913.
RENOVAÇÃO, 13 de Junho de 1961.
VOZ do Ave, 9 e 16 de Janeiro de 1985.

BIBLIOGRAFIA

FAUSTO, Boris, 2007 – *História do Brasil*. S. Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo.
FRANÇA, Ruben, 1977 – *Momentos do Recife*. Recife: Secretaria da Educação e Cultura.
GOUVEIA, Fernando da Cruz, 1990 – *Perfil do Tempo*. Recife: Secretaria da Educação e Cultura.
HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1972 – *História Geral da Civilização Brasileira*. S. Paulo: Ed. Civilização.
MELLO, Virgínia Pernambucana, 1997 – *O Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco*. Recife: Comissão Organizadora dos 140 anos de aniversário.

43 MELLO, 1997: 131.

MENSAGEIRO Real, Pernambuco: Real Hospital Português de Beneficência, 2005-2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina, 2007 – "O Imigrante e a Imigração Portuguesa no Acervo da Justiça Federal do Rio de Janeiro (1890-1930)" in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando (orgs.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 121-142.

SILVA, Laurindo, 1960 – *O Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco no seu primeiro Centenário*. Recife: Imprensa Oficial.